

Rosa Luxemburg e os Conselhos Operários*

Tatiana de Macedo Soares Rotolo**

Resumo:

Este trabalho busca compreender a interpretação de Rosa Luxemburg acerca dos conselhos de operários. Esta visão, profundamente marcada pelos acontecimentos da Revolução Alemã (1918-1923), têm nos conselhos a encarnação das idéias de Rosa acerca do socialismo. Para ela, socialismo e democracia não se separam. Além disso, a revolução, e a sociedade socialista deveriam ser projetos conduzidos pelas massas populares. Assim, Rosa vê nos conselhos, uma solução real e possível para a construção do socialismo. Porém, é preciso ressaltar que suas idéias estavam mergulhadas nos acontecimentos, permitindo apenas que Rosa apontasse os conselhos como alternativa viável. Uma reflexão mais elaborada não foi possível à Luxemburg, principalmente devido seu assassinato precoce, em janeiro de 1919

1. Os Conselhos

O debate acerca dos conselhos de operários deve ser inserido no terreno da história. Eles não foram uma invenção premeditada pela classe operária ou criação intelectual de um ou alguns pensadores. Antes de tudo, são manifestações revolucionárias que somente tomam forma no calor da revolução. Assim ocorreu com as sociedades populares na Revolução Francesa (que foi o primeiro germe dos conselhos), com a Comuna de Paris em 1871, com os soviets¹ em 1905 e após, em 1917, ou com os conselhos de operários e soldados (COS) durante a Revolução Alemã.

Eles buscam exercer o poder de forma mais democrática, solicitando a ampliação da participação popular, a partir de baixo, e propondo uma alternativa de controle do poder. É, portanto, um modo de gerir as decisões políticas com base na participação efetiva de todos, seja na administração das fábricas, de bairros ou, em nível maior, na gestão do Estado.

* Este artigo é parte integrante da dissertação de mestrado defendida pela autora, em 26 de março de 2007. Cf. Conselhos Operários e Socialismo. In: ROTOLO, Tatiana de M. S. O Socialismo Democrático segundo Rosa Luxemburg. Dissertação (Mestrado em Filosofia). FFLCH-USP, 2007, 87p.

** Mestre em Filosofia pela USP.

1 A palavra "soviete" em russo quer dizer conselho.

Os conselhos são, desse modo, uma alternativa de controle do poder baseada na autogestão. Seu funcionamento requer um fórum permanente, seja de controle dos seus representantes ou como o local onde são tomadas as decisões políticas. Assim, podemos dizer que os conselhos são órgãos que se propõem a substituir o poder vigente, que é baseado na supremacia do Estado. Buscam construir um novo tipo de relação com o poder, enraizado na participação popular maciça.

Os conselhos não são, portanto, instrumento de transformação do poder, mas sim personificam um novo poder. Num sistema de conselhos, todos têm o mesmo peso político. Cada cidadão é partícipe das decisões. Dessa maneira, a política se torna parte fundamental da vida de todos, e o mundo dos assuntos públicos é determinante na vida dos homens.

O caráter público da vida é a parte mais fundamental da vida humana. É o elo que unifica o passado com o presente. O espaço em que os homens recuperam e reafirmam sua identidade individual. O indivíduo, segundo Hannah Arendt, se identifica como tal através da palavra, na relação com o outro (Arendt, 2003). Esta experiência exige que haja uma comunidade política criadora do espaço público e criativa nas suas formas de se relacionar. Em outras palavras, a liberdade humana depende do caráter público da vida. Sem isso o homem se desumaniza pouco a pouco.

2. Rosa e os Conselhos na revolução Alemã (1918-1923)

O sistema de conselhos é o espaço de exercício da liberdade humana. E, conforme defendia Rosa Luxemburg, não há liberdade sem democracia. Assim, podemos dizer que os conselhos são uma forma de realização do espaço público, que opera segundo mecanismos distintos do espaço público burguês. Há, portanto, nos conselhos, uma nova maneira de articular o indivíduo e a coletividade, formando um contra-poder popular absolutamente distinto das instituições nas democracias burguesas. Nesse sentido, os conselhos podem ser vistos também como espaços de realização da liberdade humana e de afirmação das individualidades. Eles são espaços que conseguem juntar, pela palavra, os interesses coletivos e os desejos individuais em função do bem comum.

Para Rosa Luxemburg, a ação autônoma e a experiência das massas são o caminho para se construir o socialismo. Ao mesmo tempo, o socialismo de Luxemburg não é possível se não houver liberdade de pensamento e de discussão. Os conselhos são, em certo sentido, a encarnação do ideal de socialismo de Rosa. Neles os homens podem decidir sobre os assuntos públicos de maneira igual, tendo igualmente o mesmo acesso às decisões e o mesmo peso político. Em certo sentido, os conselhos são para Rosa o mesmo que ela entendia por ditadura do proletariado.

No entanto, é preciso lembrar que todo o pensamento político de Rosa Luxemburg está fortemente imbricado com a conjuntura histórica em que ela estava vivendo. Ela não foi, de modo algum, uma pensadora que teorizou sobre os conselhos. Suas idéias sobre essas organizações na Revolução Alemã seguem a mesma linha de suas idéias sobre a Revolução Russa de 1905. Para ela, tanto no movimento de 1905 como na Revolução de 1918, o socialismo só pode nascer como projeto das massas, que cria formas revolucionárias alternativas ao poder vigente. Assim foi com a greve de massas em 1905 e com os conselhos de operários e de soldados em 1918.

Em novembro de 1918, após passar a maior parte dos anos da guerra encarcerada, Rosa Luxemburg sai da prisão, depois de o governo alemão conceder anistia aos presos políticos. Ela cai direto no torvelinho da Revolução Alemã e é assassinada no dia 15 de janeiro de 1919. Esses dois meses, seus últimos meses de vida, foram marcados por intensa atuação política na Revolução.

De certo modo, nesse curto período Rosa tenta pôr em prática suas idéias sobre política e ação revolucionária, principalmente “a idéia de que a consciência de classe se cria na ação, de que o papel do partido é esclarecer e agitar” (Apud. Loureiro, 1995: 140). Nesse sentido, esses dois meses da vida de Rosa podem ser entendidos como um prospecto da obra da sua vida.

Porém, as idéias e posições defendidas por ela em 1918 até sua morte encontraram limitações no desencadeamento dos fatos da Revolução Alemã. É dessa maneira que devemos compreender o ponto de vista de Rosa durante esse episódio.

Para ela, esse período pairava entre o levante espontâneo e o determinismo economicista. A massa estava se rebelando, e o cenário revolucionário havia sido criado. Porém, o caminho escolhido de fato pela massa não foi o da revolução. Os trabalhadores alemães criaram as condições ideais para a revolução socialista, mas o desfecho dado por eles não foi o do socialismo. Em vez de criar a República socialista, o proletariado alemão acabou por apoiar a criação da República democrática burguesa.

A Revolução Alemã é, segundo Frölich, “uma nova confirmação da idéia de Rosa Luxemburg de que as revoluções não podem ser ‘feitas’, que elas emergem da vontade das massas quando a situação está madura”. Porém, no caso da Alemanha, a situação revolucionária expôs as peculiaridades da classe trabalhadora alemã, formada nos moldes reformistas do SPD (Frölich, 1965: 319).

Desde que saiu da prisão, ela esteve envolvida com os acontecimentos da revolução em Berlim. Sua preocupação imediata foi fundar e manter em circulação o periódico Spartakista *Die Rote Fabne*. Para ela a Alemanha estava mergulhada numa

situação revolucionária, mas a revolução, como ela sempre defendeu, só poderia vir como um projeto das massas. Assim, manter um trabalho de propaganda e formação, através do periódico, era fundamental. Afinal, somente se tornando conscientes da situação, e tendo clareza das forças em jogo, é que as massas teriam o discernimento necessário para conquistar a ampla maioria dos trabalhadores, radicalizar cada vez mais a situação, a tal ponto que a revolução seria inevitável. Era, desse modo, fundamental que elas se mantivessem em movimento, pois é na ação que se adquire consciência. Assim, Nettl escreve: “Rosa Luxemburg não duvidava de que o apoio das massas chegaria com a ação, e não poderia chegar de outro modo. Mas isso era um processo esporádico, não contínuo, e, finalmente, que coincidia com a tomada do poder e o advento do socialismo. A criação de duas soluções somente, bolchevismo ou social democracia, reduzia o campo de escolha naquele momento; as idéias de Rosa eram uma forte terceira alternativa” (Nettl, 1974: 554).

Nesse período, a posição de Rosa era ambivalente. Ela mesma descreve esse sentimento no discurso no Congresso de Fundação do Partido Comunista Alemão, quando diz que vê os acontecimentos “com um olho que ri, outro que chora” (Luxemburg, 2004: 306). Ao mesmo tempo que Rosa se entusiasma com a presença da massa nas ruas, ela vê que o caminho tomado pela massa não é o da revolução

Para Rosa, os conselhos representavam o elemento vivo da revolução, e deveriam, naquele instante, ser o cerne do poder, a representação do Estado socialista, o poder exercido pelas massas. Os conselhos eram a expressão do processo revolucionário da Alemanha². Para Rosa e os Spartakistas, os conselhos deveriam exercer as tarefas do Executivo e do Legislativo, constituindo uma nova estrutura de poder, mais participativa e mais democrática.

Os conselhos são uma estrutura política absolutamente inovadora. São capazes de reorganizar a política a partir de baixo, e por isso podem ser considerados instituições da sociedade que aboliu a exploração do trabalho. Nesse sentido podem ser considerados como a materialização da concepção de Rosa sobre a democracia. Segundo Loureiro: “Em outras palavras, neste contexto, a verdadeira democracia significa *democracia conselhistas*, uma vez que aqui o poder não é nenhuma instância exterior e acima das massas. Os conselhos são organismos democráticos por exercerem simultaneamente funções legislativas e executivas, aqueles que fazem as leis são os mesmos que as aplicam e que administram a coisa pública. Com isso, é eliminada a separação entre dirigentes e dirigidos, base do autoritarismo, da burocracia, da dominação e da exploração no capitalismo

² Criados de forma espontânea por soldados e marinheiros rebelados, e por trabalhadores de diversos segmentos, eles representaram a veia central no princípio da Revolução Alemã.

contemporâneo” (Loureiro, 1999: 39-40).

Rosa defendia os conselhos devido a sua convicção de que a massa cria as formas revolucionárias no calor da luta. No entanto, por serem um espaço livre da dominação, onde os sujeitos são ativos em todas as instâncias políticas, podemos dizer que eles representam exatamente o significado do socialismo democrático de Luxemburg. Mais do que defender os conselhos como uma alternativa para radicalizar o movimento iniciado em novembro, Rosa os considerava germes de sua concepção de socialismo.

3. O que quer a Liga Spartakus?

No texto *O que Quer a Liga Spartakus?*³, escrito em dezembro de 1918 em meio à agitação revolucionária, Rosa deixa clara sua posição sobre os conselhos como substitutos legítimos da classe trabalhadora ao poder do estado burguês. Essa obra mais tarde se tornou o programa do Partido Comunista Alemão (KPD). Rosa escreve:

Assim, da cúpula do Estado à menor comunidade, a massa proletária precisa substituir os órgãos herdados da dominação burguesa: *Bundesrat* (Conselho Federal), parlamentos, conselhos municipais, pelos seus próprios órgãos de classe, os conselhos de operários e soldados. Precisa ocupar todos os postos, controlar todas as funções, aferir todas as necessidades do Estado, pelos próprios interesses de classe e pelas tarefas socialistas. E só por uma influência recíproca constante, entre as massas populares e seus organismos, os conselhos de trabalhadores e de soldados, é que a atividade das massas pode insuflar ao Estado um espírito socialista (Luxemburg, 1991a:102).

Podemos perceber aqui a importância que Rosa dava aos conselhos considerando-os substitutos dos órgãos legislativos e executivos oficiais. Rosa propõe um conjunto de medidas políticas necessárias para fazer da Revolução Alemã uma revolução socialista baseada no poder dos conselhos: “Supressão de todos os parlamentos e conselhos municipais, cujas funções serão preenchidas pelos conselhos de operários e de soldados, assim como pelos comitês e órgãos por eles designados.

Eleição de conselhos de operários em toda a Alemanha pelo conjunto do operariado adulto dos dois sexos, na cidade e no campo, por empresa: eleição de conselhos de soldados pela tropa, exceto os oficiais e os *kapitulanten*; direito dos operários e soldados de, a todo momento, revogarem os mandatos dos seus representantes.

³ Este texto, apesar de muito curto, é de importância crucial para compreendermos a concepção de socialismo democrático de Rosa. Nettl considera *O que Quer a Liga Spartakus?* como “o conciso resumo da obra da sua vida” (Nettl, 1974: 554).

Eleição de delegados dos conselhos de operários e de soldados em todo o Reich para o *Conselho Central (Zentralrat)* dos conselhos de operários e de soldados que, por sua vez, elegerá um Comitê Executivo (*Vollzugsrat*): este será o organismo supremo dos Poderes Legislativo e Executivo.

O Conselho Central reunir-se-á, no mínimo, uma vez a cada três meses – sempre com reeleição dos delegados –, a fim de exercer um controle permanente sobre a atividade do Comitê Executivo e de estabelecer um contato vivo entre a massa dos conselhos de operários e de soldados de todo o Reich, e o organismo governamental supremo que os representa. Os conselhos de operários e de soldados locais têm o direito, a todo momento, de revogar os mandatos e de substituir seus delegados no Conselho Central, no caso destes não agirem de acordo com o mandato que lhes foi dado. O Comitê Executivo tem o direito de nomear e depor os Comissários do povo (*Volksbeauftragten*), assim como as autoridades centrais do Reich e os funcionários” (Idem: 106-107) .

É preciso ressaltar a importância do princípio da revogabilidade no funcionamento dos conselhos. Ao ter como preceito fundamental um mandato revogável a qualquer instante por decisão da base dos conselhos, o delegado fica sujeito ao controle permanente de suas ações pela base que o elegeu. Esta é uma maneira de impedir, ou ao menos reduzir drasticamente, a possibilidade de o delegado eleito impor seus interesses privados contra os interesses da maioria que o elegeu. O risco de corrupção é diminuído e a base tem o poder de controlar melhor seus interesses nos órgãos deliberativos. O mandato revogável é um instrumento político que permite participação efetiva da base envolvida no processo político.

Ora, a questão do conselho como sede de um novo poder entra em choque com a existência do parlamento (ao menos o parlamento nos moldes tradicionais, como centro do Poder Legislativo). Há, nesta questão, uma peculiaridade nas posições de Rosa que é preciso esclarecer. Nesse aspecto, a sua postura apresenta aparente contradição. Rosa nunca foi defensora do parlamento como órgão supremo das decisões políticas. Porém, também nunca execrou a existência desse órgão. Já em *Reforma ou Revolução?*, ela defendia a participação política nas estruturas de poder burguesas desde que não se perdesse de vista o horizonte revolucionário. Sem isso, a política socialista cairia no mero reformismo.

A Alemanha tinha um longo caminho a percorrer para a eleição de um parlamento justo, dado que nem sequer havia, em 1918, sufrágio universal⁴. A eleição de um parlamento, ou Assembléia Constituinte, capaz de fazer uma constituição para a recém-nascida República, era naquele momento a principal questão da Alemanha, e a principal bandeira do SPD recém-chegado ao poder.

4 Rosa sempre foi defensora do sufrágio universal.

Para Rosa, a Assembléia Constituinte, naquele instante, representava retrocesso e vitória das forças conservadoras. É preciso lembrar que suas posições políticas eram frutos de sua análise da conjuntura do momento. Porém, pouco antes ela havia repreendido, em *A Revolução Russa*⁵, os bolcheviques por terem fechado a Duma, parlamento russo, durante a revolução de outubro de 1917. Na Rússia, fechar o parlamento significava impedir a participação popular. Segundo Rosa, quanto maior a participação popular, mais democrática é a sociedade. É melhor um parlamento democrático, mesmo que com suas inúmeras limitações, do que um parlamento repleto de “múrias mais que ressequidas” (Luxemburg, 1991b: 87). Além disso, o próprio parlamento burguês também pode ensinar a massa, através das “divertidíssimas cabriolas dos ‘representantes do povo’” (Idem, Ibidem), ou seja, a política tradicional, ao ser efetuada, mostra à massa as suas limitações, e a faz perceber o quanto ela é inoperante.

Há, portanto, uma influência do estado de espírito da massa nos organismos eleitos. Rosa escreve: “Esta influência constantemente viva do estado de espírito e da maturidade política das massas sobre os organismos eleitos seria impotente, precisamente numa revolução, perante o esquema rígido das divisas dos partidos e de suas listas eleitorais? Bem ao contrário! É justamente a revolução que por sua efervescência e seu ardor cria essa atmosfera política leve, vibrante, receptiva na qual as vagas do estado de espírito popular, a pulsação da vida do povo influem instantaneamente e do modo mais extraordinário sobre os organismos representativos. É justamente nisso que se fundam sempre as cenas célebres e impressionantes, no início de todas as revoluções, em que velhos parlamentos reacionários ou muito moderados, eleitos sob o antigo regime por um sufrágio restrito, transformam-se subitamente em porta-vozes heróicos da insurreição, em revolucionários românticos e impetuosos (*Stürmer und Dränger*)” (Idem, Ibidem).

Como explicar, desse modo, a posição contrária de Rosa à eleição de uma Assembléia Constituinte na Alemanha durante a revolução?

Podemos dizer que a disputa entre Assembléia Constituinte e conselhos na Alemanha é também expressão de uma disputa que havia sido iniciada anos antes no interior do SPD, entre os reformistas e os revolucionários. Dizer simplesmente que os majoritários do SPD se voltaram para os interesses da burguesia é reduzir a questão. De fato, os majoritários durante a Revolução Alemã tiveram o papel de diluir a onda revolucionária, mas não porque eram meros lacaios da burguesia, mas principalmente porque para eles a organização e a manutenção da ordem social eram mais importantes, e naquele momento a revolução era uma ameaça séria contra esses valores.

Portanto, na avaliação política da época, havia uma polarização entre os

⁵ Texto escrito em 1918, mas somente publicado em 1922, três anos após o assassinato de Rosa.

conselhos de um lado e o parlamento do outro. Aos olhos do SPD, os conselhos são uma ameaça iminente, pois representam a revolução em curso. Contudo, ao mesmo tempo não podem ser duramente reprimidos, já que contam com o apoio de setores importantes das classes trabalhadoras. A solução encontrada foi enfraquecê-los, desviar sutilmente o poder que deveria ser exercido por eles e conferi-lo ao Poder Executivo na figura do chanceler. A tática dos majoritários foi, desse modo, servir aos conselhos para modificar a situação. O principal objetivo dos majoritários era restaurar a ordem e retomar a produção o mais rapidamente possível, sob os moldes de um regime parlamentar ou liberal capitalista.

Assim, defender os conselhos era defender a continuidade da revolução, e ser contra as eleições para a Assembléia Constituinte não significava ser contrário à existência do parlamento em si, mas ser contra o freio que os majoritários do SPD estavam impondo à revolução. Rosa tinha clareza a respeito dessa dualidade. Por isso ela sempre esteve do lado dos conselhos na Revolução Alemã. Para ela estes eram a opção pela via revolucionária, apesar dos seus equívocos⁶. Por isso, era preciso que a massa ocupasse o poder deixado pelo antigo regime. Ela menciona em *O que Quer a Liga Spartakus?* uma das medidas para assegurar o triunfo da revolução: “Substituição de todos os órgãos políticos e de todas as autoridades do antigo regime por homens de confiança dos conselhos de operários e de soldados” (Luxemburg, 1991a: 106).

No entanto, optar por deixar o poder para os conselhos não significa que Rosa não tivesse consciência das imensas dificuldades de se fazer uma revolução socialista numa sociedade como a Alemanha do início do século XX. Ocupar o poder exige que a grande massa participe ativamente desse processo. Ela mesma repreende os militantes da Liga Spartakus, lembrando-lhes que a revolução é um processo lento, e que necessita de muitos outros fatores além somente da vontade de uma minoria:

Estou convencida de que vocês querem construir o seu radicalismo de maneira um tanto cômoda e rápida; sobretudo os gritos de “votar depressa!” mostram isso. (...) Estou firmemente convencida de que esse é um assunto sobre o qual precisamos refletir e que deve ser tratado calmamente. Fomos chamados a realizar as maiores tarefas da história universal, e não é demais refletir, de

6 A criação dos conselhos foi iniciativa espontânea dos operários e dos soldados alemães. Esse movimento, apesar da intensidade, teve uma posição política muito moderada. Em meados do mês de dezembro foi realizado em Berlim o Congresso Nacional dos Conselhos de Operários e Soldados. Este congresso representou o ponto alto do movimento e, ao mesmo tempo, “sua abdicação enquanto força revolucionária ou liberalizante” (Moore, 1987: 415). O congresso aprovou por imensa maioria a convocação de eleições para a Assembléia Constituinte, a ser realizada no mês de janeiro. Esta era a principal bandeira do SPD. Este fato, como descreve a maioria dos historiadores, marcou o início do fim do movimento dos conselhos, fim este decretado pelo próprio movimento dos conselhos. Por isso muitos historiadores descrevem este acontecimento como um “suicídio político” dos trabalhadores alemães.

forma madura e fundamentada, sobre os passos a dar para estarmos seguros de alcançar nosso fim. Não se podem tomar decisões tão importantes de maneira tão precipitada. Sinto falta de reflexão, de seriedade, as quais não devem de forma alguma ser excluídas do élan revolucionário (Luxemburg, 2004: 306).

Tomar o poder para Rosa significava que a grande massa ratificasse o projeto revolucionário. É uma tarefa histórica que deve envolver a maioria dos trabalhadores. Um pequeno grupo não pode tomar o poder e impor um projeto revolucionário a toda nação⁷. Esta revolução partiria de um ponto errado.

Fazer a revolução é, segundo Rosa, a maior tarefa que a história impôs a uma classe. E esta tarefa exige tempo e reflexão. Ela escreve: “A realização da sociedade socialista é a mais grandiosa tarefa que, na história do mundo, já coube a uma classe e a uma revolução. Esta tarefa exige uma completa transformação do Estado e uma completa mudança dos fundamentos econômicos e sociais da sociedade. Esta transformação e esta mudança não podem ser decretadas por nenhuma autoridade, comissão ou Parlamento: só a própria massa popular pode empreendê-la e realizá-la” (Luxemburg, 1991a: 101).

Em contrapartida, a tarefa do socialismo não pode ser cumprida se as massas não agem. Isto é, para Rosa, é preciso haver uma união entre a ação e a reflexão. Nesse sentido é que a espontaneidade revolucionária é tão valorizada por ela; é o modo de ação das massas oprimidas.

A tomada brusca do poder, a declaração violenta de guerra contra a burguesia, o terror e o assassinato são criticados por Rosa. Para ela revolução não significa violência. Esta vem normalmente da repressão, da ação da contra-revolução⁸. Para ela:

A revolução proletária não precisa do terror para realizar seus fins, ela odeia e abomina o assassinato. Ela não precisa desses meios de luta porque não combate indivíduos, mas instituições, porque não entra na arena cheia de ilusões ingênuas que, perdidas, levariam a uma vingança sangrenta. Não é a tentativa desesperada de uma minoria de moldar o mundo à força, de acordo com o seu ideal, mas a ação da grande massa dos milhões de homens do povo, chamada a cumprir sua missão histórica e a fazer da necessidade uma realidade. Mas a revolução proletária é, ao mesmo tempo, o dobre de finados de toda a servidão e de toda a opressão (Luxemburg, 1991a: 103).

A guerra produziu seqüelas que só poderiam ser revertidas pela revolução

7 Por isso Rosa, mesmo sendo contrária às eleições para a Assembléia Constituinte, quando viu a massa apoiando-as no congresso dos conselhos, defendeu a participação do recém-fundado KPD nas eleições, e não o boicote, como queria a maior parte dos militantes do partido. Porém, sua posição foi vencida pela base do KPD.

8 Como de fato aconteceu no episódio do assassinato de Rosa.

socialista. Era preciso estimular novas formas de produção, defender novas formas de administração política, enfim, criar condições para a massa se autogovernar, pois nisso consiste o socialismo. Rosa escreve: “A essência da sociedade socialista consiste no seguinte: a grande massa trabalhadora deixa de ser uma massa governada, para viver ela mesma a vida política e econômica na sua totalidade, e para orientá-la por uma autodeterminação consciente e livre” (Idem, p. 102).

Nesse sentido é que os conselhos de operários e soldados são fundamentais. Eles possuem valor formativo essencial. Seu modo de operar estimula novas formas de administrar a vida humana, desde o abastecimento, a produção, o processo de se fazer as leis, até a administração da sociedade como um todo. Seu valor propedêutico reside em mostrar à massa valores que ou são negados, ou são desvalorizados na sociedade capitalista. Rosa tinha plena consciência do papel formativo dos conselhos. E aprender novos valores faz parte da construção da sociedade socialista. Rosa ainda escreve:

As massas proletárias devem aprender, de máquinas mortas que o capitalista instala no processo de produção, a tornar-se dirigentes autônomas desse processo, livres, que pensam. Devem adquirir o senso das responsabilidades, próprio de membros atuantes da coletividade (*Allgemeinheit*), única proprietária da totalidade da riqueza social. Precisam mostrar zelo sem o chicote do patrão, máximo rendimento sem o contramestre capitalista, disciplina sem sujeição e ordem sem dominação. O mais elevado idealismo no interesse da coletividade (*Allgemeinheit*), a mais estrita autodisciplina, verdadeiro senso cívico das massas constituem o fundamento moral da sociedade socialista, assim como estupidez, egoísmo e corrupção são os fundamentos morais da sociedade capitalista (Idem: 102-103).

Os conselhos são, como escreve Hannah Arendt, “o tesouro perdido da tradição revolucionária”. São mais do que formas revolucionárias efêmeras, que surgem durante a revolução e que tenderiam a desaparecer na medida em que esta se consolida. Eles são a própria revolução em curso. São ao mesmo tempo os meios e o fim da revolução.

Rosa Luxemburg tinha consciência do poder transformador dos conselhos. Sua morte precoce freou de modo abrupto uma possível reflexão mais elaborada sobre a questão. A importância dos conselhos como o centro da revolução foi o principal tema do pensamento político de Rosa nos seus últimos meses de vida.

Os conselhos são espaços democráticos em que todos têm o mesmo direito não só ao voto, mas principalmente à palavra. O direito à opinião é fundamental para a constituição de uma esfera política sadia. E quanto mais intenso o confronto de opiniões, mais rica é a comunidade política. Podemos dizer que o dissenso é o pilar mais importante de uma sociedade democrática. E Rosa Luxemburg

estruturou sua concepção de socialismo em torno do dissenso. Ora, os conselhos são o espaço, por excelência, do embate de idéias, mas, ainda, são o lugar onde as múltiplas idéias se transformam em propostas políticas efetivas.

Além disso, devemos ressaltar a importância do fato de que, nos conselhos, cada cidadão é também legislador. Ou seja, neste modo de gerir a sociedade, há aproximação entre as leis que organizam a sociedade e cada indivíduo particular. A representação, um dos temas mais cruciais da política moderna, pode ser entendida num sistema de conselhos de maneira mais democrática. O espaço entre o indivíduo e seus representantes é, neste sistema, diminuído, tornando o processo não só legislativo, mas político como um todo, mais acessível à grande massa. Embora o sistema de conselhos não possa ser considerado como a solução definitiva para as muitas mazelas da política moderna, não podemos deixar de reconhecer que eles apontam um caminho.

4. Conselhos e Partidos

Dessa forma, podemos dizer que há uma concorrência entre o sistema de conselhos e o sistema partidário⁹. Os primeiros são, ao contrário deste último, órgãos espontâneos, que nascem no seio do povo no curso da revolução, e que propõem uma nova ordem social. Já o sistema partidário entende o processo político numa relação em que o conhecimento precede a ação. Ou seja, é preciso antes um programa partidário para o governo, para em seguida este programa ser implementado.

⁹ Há alguns exemplos de coexistência entre o sistema de conselhos e o sistema partidário, mas, de certo modo, a convivência entre os dois sempre foi conflituosa. Na Rússia de 1917, os soviets desempenharam papel fundamental na tomada do poder pelos bolcheviques, mas, ao longo do tempo, foram sendo atrelados ao Estado, transformando-se em veículos de transmissão das ordens de cima para baixo. Segundo Maurício Tragtenberg, “ao perderem sua autonomia, os soviets desaparecem como representativos do proletariado. Lênin e Trotsky criam algo original: uma república soviética sem soviets!” (cf. Tragtenberg, 1986 :35). Na Alemanha revolucionária, Kurt Eisner também propunha a convivência entre parlamento e conselhos. Segundo Loureiro, “para ele, os conselhos eram os alicerces da democracia, o que permitiria uma crescente democratização interna do país e impediria o fortalecimento da reação. Os conselhos seriam um meio de educar politicamente as massas, na medida em que exerceriam funções de controle de toda a vida pública. Não era claro como o sistema deveria funcionar, a não ser que conselhos e Parlamento deveriam conviver num sistema equilibrado de divisão de poderes, em que caberia aos conselhos a tarefa de co-dirigir o Parlamento e representar diretamente a vontade popular, enquanto o Parlamento mantinha suas funções legislativas, apesar de não poder agir de forma totalmente independente dos conselhos” (cf. Loureiro, 2005: 90). O sistema de conselhos e o sistema representativo são, de certo modo, antagônicos, e a experiência histórica ressalta o fato de que, para um deles existir, o outro é enfraquecido. Eisner, quando propunha uma relação mútua entre os dois sistemas, não conseguia estabelecer como se daria essa relação. Esta é possível em períodos de ruptura histórica, como a Revolução Russa de 1917 ou a Alemã, mas a convivência entre conselhos e parlamento a longo prazo tende a suprimir um dos sistemas em função do outro, já que, em certa medida, as duas propostas fazem usos distintos do poder instituído, um concentrando o poder, e o outro distribuindo.

O sistema de conselhos, como salienta Hannah Arendt, ultrapassava todas as linhas partidárias, “permitindo que os membros dos vários partidos neles tomassem assento juntos, mas que essa filiação partidária não tivesse tido absolutamente nenhuma influência. Eles eram, de fato, os únicos órgãos políticos acessíveis às pessoas que não pertenciam a qualquer partido” (Arendt, 1988: 210).

A democracia exercida nos conselhos se dá de forma mais horizontal, isto é, não pressupõe que as divergências políticas, e partidárias, se tornem barreiras no exercício da política, e nem permitem que grupos partidários que almejam alcançar o poder possam competir entre si. A lógica interna dos conselhos se pauta no debate constante que constrói propostas para serem efetivadas, independentemente das filiações. O exercício da política se dá através de pessoas, e não de grupos políticos ideologicamente ligados. Não há, dessa forma, uma disputa pelo poder, já que este está descentralizado, nas mãos de todos.

Num sistema partidário, a estrutura de poder é mais verticalizada e hierárquica, e o debate político gira em torno das divergências ideológicas de diversos grupos. A forma de entender a democracia no sistema partidário separa a ação da execução. A ação, em especial a ação espontânea, é menosprezada, por mais revolucionário que seja o partido, pois segundo a lógica deste modo de fazer política, o programa partidário vê a ação como consequência de suas posições, e, nesse sentido, a ação revolucionária é nada menos que a execução de um programa revolucionário. Assim, as idéias de Rosa acerca da relação entre partido e massas têm muito a contribuir, conforme aponta Hannah Arendt:

A essa altura dos acontecimentos, isto é, em pleno curso da revolução, eram os programas partidários, mais que qualquer outra coisa, que separavam os conselhos dos partidos, pois esses programas, por mais revolucionários que fossem, eram sempre “*receitas adrede preparadas*”, que requeriam execução e não ação “para serem colocadas rigorosamente em prática”, como salientou Rosa Luxemburg, demonstrando uma clarividência espantosa acerca das questões em pauta (Arendt, 1988: 210-211).

Assim, ainda segundo Arendt, “os conselhos estavam fadados a se tornarem supérfluos, caso prevalecesse o espírito do partido revolucionário” (Idem, 210). Em certa medida, podemos afirmar que o sistema de conselhos compete com o sistema partidário. A vitória de um significa a supressão do outro.

Rosa Luxemburg, portanto, via nos conselhos uma saída não só para a Revolução Alemã, mas também para o socialismo. Os conselhos são a resposta dos trabalhadores para se oporem ao sistema de opressão, seja do capitalismo, seja do autoritarismo (como ocorreu na Revolução Húngara de 1956). E Luxemburg, por ter sido uma autora que sempre defendeu as formas de ação espontâneas do

operariado como as formas mais genuínas da revolução, não poderia desprezar a solução democrática dada pelos trabalhadores na formação dos conselhos.

Bibliografia

- ARENDRT, H. (2003). *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária.
- _____. (1988). *Da Revolução*. São Paulo: Ed. Ática.
- FRÖLICH, P. (1965). *Rosa Luxemburg. Sa vie et son oeuvre*. Paris: François Maspero.
- LOUREIRO, I. M. (1995). *Rosa Luxemburg: Os Dilemas da Ação Revolucionária*. São Paulo: Editora Unesp.
- _____. (1999). *Rosa Luxemburg. Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular.
- _____. (2005). *A Revolução Alemã (1918-1923)*. São Paulo: Editora Unesp.
- LUXEMBURG, R. (1991a). “O que Quer a Liga Spartakus?”. In: *A Revolução Russa*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1991b). *A Revolução Russa*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (2004). “Congresso de fundação do Partido Comunista Alemão (*Kommunistischen Partei Deutschlands*) de 30 de dezembro de 1918 a 1º de janeiro de 1919 em Berlim”. IN: LOUREIRO, Isabel. M. *Rosa Luxemburg: Os Dilemas da Ação Revolucionária*. São Paulo: Ed. Unesp/ Ed. Fundação Perseu Abramo.
- NETTL, J. P. (1974). *Rosa Luxemburg*. México D.F.: Ediciones Era.
- TRAGTENBERG, M. (1986). *Reflexões sobre o Socialismo*. São Paulo: Ed. Moderna.